

## **LEI ORDINÁRIA Nº 157**

*de 11 de novembro de 1993*

### **INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*ELO RAMIRO LOEFF, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, no uso de suas atribuições Legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:*

#### **Capítulo I.**

*Da Higiene e da Utilização de Logradouros Públicos*

#### **Seção I. Das Condições e Limpeza e Drenagem**

##### **Art. 1º..**

*Compete à Administração Pública prestar, diretamente ou indiretamente através de concessão, os serviços de limpeza dos logradouros públicos e de coleta de lixo domiciliar, comercial e industrial.*

##### **Parágrafo único. .**

*Para que o lixo seja coletado pelo serviço público, deverá estar acondicionado em recipientes de volume não superior a 100 (cem) litros, cujo recipiente seja de material resistente e impermeável.*

##### **Art. 2º..**

*Os resíduos hospitalares serão, obrigatoriamente, cremados em forno especial pela própria instituição ou estabelecimento, sendo vedada outra forma de eliminação.*

##### **Parágrafo único. .**

*Os Hospitais e Centros de Saúde de ora existentes tem o prazo de 06 (seis) meses para ajustarem-se à presente Lei.*

### **Art. 3º..**

*A Administração Pública prestará coleta de lixo seletivo, na forma de aproveitamento reciclável, ficando autorizada a proceder sua regulamentação por Decreto.*

### **Art. 4º..**

*A Prefeitura pode promover a remoção de entulhos, bem como de outros resíduos sólidos que ultrapassem o volume de 100 (cem) litros, em dia e horário previamente estipulado.*

### **Art. 5º..**

*Para viabilizar os serviços da higiene das vias e logradouros, deverão ser observadas as seguintes disposições:*

#### **I.**

*os moradores, comerciantes, industriais e prestadores de serviços estabelecidos no perímetro urbano, serão responsáveis pela limpeza do passeio fronteiro às suas residências ou estabelecimento;*

#### **II.**

*os serviços de que trata o inciso anterior deverão ser realizados em hora conveniente e de pouco trânsito;*

#### **III.**

*é proibido, nas vias e logradouros públicos, publicidade ou propaganda de qualquer natureza, mediante a colagem de cartazes ou lançamentos de panfletos, folhetos ou similares atirados de veículos;*

#### **IV.**

*é proibido lavar veículos e equipamentos em vias e logradouros públicos;*

### **Art. 6º..**

*É proibido varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para boca de lobo de logradouros públicos.*

#### **Art. 7º..**

*A manutenção da higiene das vias e logradouros públicos será feita através dos serviços de varrição, lavagem, remoção de resíduos, capinação de mato e ervas daninhas e raspagem da terra.*

#### **Art. 8º..**

*Para preservar a higiene pública é proibido:*

##### **I.**

*deixar escoar águas servidas das edificações para logradouros públicos;*

##### **II.**

*atirar ou despejar em logradouros públicos a varredura do interior das edificações e terrenos, bem como papéis ou quaisquer outros detritos.*

##### **III.**

*atirar ou despejar em logradouros públicos a varredura do interior das edificações e terrenos, bem como papéis ou quaisquer outros detritos.*

#### **Art. 9º..**

*A execução de argamassa em logradouros públicos só poderá ser realizada após autorização do Poder Público em caráter excepcional e desde que a mistura seja feita em caixa estanque, de forma a evitar o contato de argamassa com o pavimento asfáltico.*

### **Seção II. Das Condições de Trânsito**

#### **Art. 10.**

*É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos ou quando exigências policiais determinarem.*

#### **Parágrafo único. .**

*O Poder Público fica autorizado a disciplinar, por Decreto, normas de construção de logradouros públicos e dos edifícios de uso público, afim de garantir acesso adequando aos portadores de deficiências físicas.*

### **Art. 11.**

*Nos casos de carga e descarga de materiais, que não possam ser feitas diretamente no interior dos lotes, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo de prejuízos ao trânsito de pedestres e veículos, por tempo não superior a 01 (uma) hora e no horário estabelecido pela Prefeitura.*

### **Parágrafo único. .**

*Nos casos previstos neste artigo os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, à distância conveniente da existência de obstáculos ao livre trânsito.*

### **Art. 12.**

*É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito nas vias, praças, estradas ou caminhos públicos.*

### **Art. 13.**

*O Executivo Municipal impedirá o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte, que possa ocasionar danos à segurança do patrimônio público ou particular, ambiental ou cultural, ou possa prejudicar a segurança, ou o sossego e a saúde dos munícipes.*

### **Art. 14.**

*É proibido para veículo de transporte coletivo ou de carga:*

#### **I.**

*fumar em veículo de transporte coletivo;*

#### **II.**

*transportar passageiros além do número licenciado;*

#### **III.**

*colocar em tráfego ônibus em mau estado de conservação e higiene;*

#### **IV.**

*trafegar em carga de peso ou altura superior ao fixado sem sinalização, salvo prévia licença do Município;*

#### **V.**

*trafegar em ruas do perímetro central com veículos de grande porte, causando interrupção ou dificultando a circulação urbana, salvo situação de emergência;*

#### **VI.**

*transportar, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.*

#### **Parágrafo único. .**

*O não cumprimento do previsto neste artigo, constitui infração definida em lei.*

#### **Art. 15.**

*É proibido embarçar o trânsito de pedestres e especificamente:*

##### **I.**

*transportar pelo passeio público volume grande;*

##### **II.**

*dirigir ou conduzir, pela calçada, veículos de qualquer espécie, exceto carrinhos de crianças, carrinhos de feira, cadeira de rodas e, em ruas de pequeno movimento, triciclos, bicicletas de uso infantil;*

##### **III.**

*ocupar qualquer parte do passeio, fora dos tapumes, sem materiais de construção;*

##### **IV.**

*colocar de forma a embarçar a circulação de pedestres.*

#### **Art. 16.**

*Bares e congêneres poderão colocar cadeiras e mesas nas calçadas, excepcionalmente nas ruas, desde que autorizadas pela Prefeitura Municipal.*

#### **Art. 17.**

*Para que possa ser autorizada a colocação de mesas e cadeiras no passeio de logradouros públicos deverá ser preservada uma faixa desimpedida de largura não inferior a 0,50 m (cinquenta centímetros) para circulação de pedestres.*

#### **Art. 18.**

*Coretos ou palanquetes provisórios para comícios políticos, poderão ser armados em logradouros públicos, desde que seja solicitada à prefeitura à aprovação de sua localização.*

#### **1º.**

*Coretos e palanquetes deverão ser localizados de forma e não prejudicarem a pavimentação e o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelo evento a indenização por estragos eventuais.*

### **Seção III. Das Estradas Municipais Rurais**

#### **Art. 19.**

*Para efeito desta Lei, são consideradas estradas municipais rurais as estradas e caminhos que servem de livre trânsito público, situadas em zona rural.*

#### **Parágrafo único. .**

*Estão sujeitos as normas desta lei as estradas principais ou troncos e as secundárias ou de ligação.*

## **Art. 20.**

*Nas curvas das estradas municipais rurais em que as condições de visibilidade encontram-se prejudicadas pela vegetação ou qualquer outro elemento localizados em terreno particular, o Executivo Municipal executará obras necessárias à desobstrução sem nenhum ônus para o proprietário.*

## **Art. 21.**

*É proibido ao proprietário rural de terrenos marginais as estradas rurais ou a qualquer outras pessoas sob qualquer pretexto:*

### **I.**

*obstruir, modificar ou dificultar de qualquer modo o livre trânsito nas estradas, sem autorização da Prefeitura;*

### **II.**

*destruir ou danificar o leito das vias públicas ou bueiros, as pontes e as canaletas de escoamento de águas pluviais, inclusive seu prolongamento para fora das estradas;*

### **III.**

*não podendo lavrar, arar, plantar ou utilizar-se para qualquer fim;*

### **IV.**

*Impedir ou modificar o escoamento de águas pluviais das estradas para o interior das propriedades rurais lindeiras;*

### **V.**

*abrir valetas, buracos ou escavações nos leitos das estradas;*

### **VI.**

*colocar mata-burros, porteiras, chaves ou quaisquer outros obstáculos que prejudiquem o livre fluxo dos veículos ou que dificultem os trabalhos de conservação das estradas e caminhos municipais;*

## **VII.**

*permitir que as águas pluviais concentradas nos imóveis rurais lindeiros atinjam a pista carroçável das vias públicas, seja por falta de valetas ou curvas de nível mal dimensionadas seja por erosões existentes nos referidos imóveis.*

### **Art. 22.**

*Junto a estradas municipais cujas condições dificultem a drenagem na faixa de domínio da via, a Prefeitura poderá executar obras para conduzir águas pluviais e conter a erosão as margens das estradas em áreas de propriedade privada.*

### **Art. 23.**

*É proibido a qualquer proprietário de terreno que divise com estrada municipal erguer quaisquer tipos de obstáculos ou barreiras, tais como: cercas de arame, postes, árvores e tapumes dentro da faixa de domínio da estrada.*

### **Art. 24.**

*A Administração Pública fica autorizada a executar obras em propriedades rurais particulares, desde que justificada a necessidade de apoio à produção agrícola e pecuniária, mediante recolhimento antecipado aos cofres públicos a valor dos serviços a serem executados, conforme tabela a ser expedida por Decreto.*

### **Art. 25.**

*É proibido, nas estradas da Malha Oficial do Município, o transporte de qualquer material em forma de arrasto ou outro modo que danifique o leito das mesmas.*

## **Seção IV. Das Medidas Referentes a Animais**



#### **Art. 26.**

*Os animais só poderão transitar por logradouros públicos se acompanhados por pessoa responsável, cabendo ao dono compensar perdas e danos que o animal causar a terceiros.*

#### **Parágrafo único. .**

*A permanência de gado bovino, equino, ovino ou caprino, é expressamente proibido na zona urbana, sendo tolerado na zona rural confinante com a urbana, desde que os animais fiquem presos em terrenos totalmente cercados.*

#### **Art. 27.**

*Não será permitida a criação ou conservação de animal pela sua natureza ou qualidade, seja causa de insalubridade ou incômodo.*

#### **1º.**

*Cabe aos proprietários tomar medidas cabíveis no tocante à vacinação de cães e gatos contra a raiva, quando solicitada pelo órgão municipal competente.*

#### **2º.**

*É de responsabilidade dos proprietários a manutenção, dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar.*

#### **Art. 28.**

*Ficam proibidos os espetáculos de feiras e exposições de quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos expectadores.*

#### **Art. 29. ....**

#### **Art. 30.**

*Os animais vadios encontrados em logradouro público serão recolhidos ao depósito da Municipalidade, que designará local, regulamentando-o.*

### **Art. 31.**

*O animal recolhido em virtude do disposto nesta seção deverá ser retirado dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante pagamento de taxa de manutenção respectiva.*

### **Parágrafo único. .**

*Os animais não retirados no prazo de 05 (cinco) dias serão vendidos em hasta pública, a critério da Prefeitura.*

### **Art. 32.**

*É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar animais, ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.*

## **Seção V. Dos Animais Nocivos**

### **Art. 33.**

*Ao munícipe compete a adoção de medidas necessárias, para a manutenção de suas propriedades limpas evitando o acúmulo de lixo, materiais inservíveis ou coleções líquidas, que possam propiciar a instalação e proliferação de fauna cinantrópicas.*

### **Parágrafo único. .**

*Considera-se animais nocivos aqueles que indesejavelmente coabitam com o homem, tais como roedores, baratas, moscas, pernilongos, pulgas e outras.*

## **Seção VI. Da Publicidade e das Atividades Ruidosas**

### **Art. 34.**

*Veículo de divulgação, para efeito deste código é o instrumento portador de mensagem de comunicação.*

### ***Parágrafo único. .***

*São considerados veículos de divulgação as faixas, cartazes, tabuletas, painéis , out-doors, avisos, placas e letreiros, luminosos ou não, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas.*

### ***Art. 35.***

*Depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo ou preço respectivo a exploração de meios de publicidade em logradouros públicos ou em locais que, embora de propriedade particular, sejam visíveis de logradouros públicos.*

### ***Art. 36.***

*Os pedidos de licença para a colocação de veículos de divulgação deverão explicitar:*

#### ***I.***

*os locais em que os mesmos serão afixados ou distribuídos;*

#### ***II.***

*a natureza dos materiais que o compõem;*

#### ***III.***

*as dimensões;*

#### ***IV.***

*as inscrições e os textos;*

#### ***V.***

*as cores empregadas;*

#### ***VI.***

*o sistema de iluminação a ser adotado, em caso de anúncios luminosos.*

### ***Art. 37.***

*Os anúncios luminosos deverão ser colocado a um altura mínima de 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) de nível do piso da calçada.*

### **Art. 38.**

*Os veículos de divulgação deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento.*

### **Art. 39.**

*O licenciamento de mensagens ou imagens que constituem elementos tridimensionais, ou aplicadas a estruturas escórpicas de suporte, só será concedida se houver profissional responsável pela estabilidade e segurança da estrutura.*

### **Art. 40.**

*É vedado fixar cartazes, faixas, placas, tabuletas em muros, fachadas, árvores ou qualquer tipo de mobiliário urbano.*

### **Art. 41.**

*Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:*

#### **I.**

*pela sua natureza provoquem aglomeramentos prejudiciais à trânsito público;*

#### **II.**

*diminuem a visibilidade de veículos em trânsito ou sinalização de tráfego;*

#### **III.**

*de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, ou seu patrimônio artístico e cultural;*

#### **IV.**

*desfigurem bens de propriedade pública.*

**Art. 42.** *É expressamente proibido perturbar.....*

### ***Parágrafo único. .***

*Vistorias para verificação da perturbação poderão ser solicitadas à Prefeitura Municipal mediante carta assinada por mais de 10% (dez por cento) dos proprietários ou ocupantes das edificações situadas num círculo com 100 (cem) metros de raio e centro da origem dos ruídos ou sons.*

### ***Art. 43.***

*Poluição sonora para os efeitos deste Código, é toda emissão de sons que, direta ou indiretamente, sejam ofensivas à saúde, à segurança e ao sossego da coletividade.*

### ***Art. 44.***

*É vedada a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no perímetro-noturno, de modo que cause poluição sonora, através do limite real da propriedade ou dentro de zonas residenciais e áreas sensíveis a ruídos.*

#### ***1º.***

*Considera-se noturno o período que se estende das 22:00 horas de um dia até às 07:00 horas do dia seguinte.*

#### ***2º.***

*Os estabelecimentos de diversões noturnas deverão adotar formas de tratamento acústico a fim de evitar incômodo às propriedades vizinhas, sob pena de cassação das licenças de funcionamento.*

### ***Art. 45.***

*Os níveis máximos de intensidade do som ou ruído permitido são os seguintes:*

#### ***a).***

*em zonas residenciais: 50 decibéis (50DB) no horário compreendido entre 06:00 e 18:00 horas.*

**b).**

*em zonas comerciais: de 75 decibéis (75 DB), no horário compreendido entre 06:00 e 10:00 horas medidos na curva "B" e 60 decibéis (60 DB) das 18:00 às 06:00 horas, medidos na curva "B".*

**Art. 46.**

*É expressamente proibida tal propaganda nos locais próximos a hospitais, casas de repouso para tratamento de saúde, pronto-socorro, estabelecimentos de ensino, biblioteca, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, templos religiosos e edifícios públicos.*

**Seção VII. Da Arborização**

**Art. 47.**

*É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores situadas em logradouros públicos, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura Municipal, obedecidas as disposições da Legislação pertinente e, especificamente, o Código Florestal Brasileiro.*

**Parágrafo único. .**

*Para que não seja prejudicada a arborização de logradouro, cada remoção de árvore importará no imediato plantio de outra em ponto tão próximo quanto possível da antiga.*

**Art. 48.**

*O órgão competente da Prefeitura poderá fazer, a requerimento do particular, remoção ou sacrifício de árvore, desde que seja imprescindível.*

**Art. 49.**

*Não é permitida a utilização de árvores situadas em logradouros públicos para suporte de cartazes, anúncios, cabos, fios, além de qualquer outros objetos e instalações.*

#### **Art. 50.**

*Constitui infração a esta Lei, todo e qualquer ato que importe em destruição ou danificação de árvores plantada em áreas públicas municipais.*

#### **Art. 51.**

*Compete ao Executivo Municipal o controle fitossanitário da arborização pública.*

### **Capítulo II.** *Das Atividades Comerciais, Industriais e de Serviços*

#### **Seção I.** *Do Funcionamento do Estabelecimento*

#### **Art. 52.**

*Nenhuma atividade poderá localizar-se ou funcionar sem licença prévia do órgão municipal competente.*

#### **Parágrafo único. .**

*A concessão de licença para as atividades de que trata este Artigo, somente será dada observadas as legislações Estadual e Federal.*

#### **Art. 53.**

*Os estabelecimentos de comercio e serviços no Município, abrirão entre 06 e 09 horas e fecharão entre 18 e 22 horas, exceto bares e restaurantes, nos dias úteis, observados os preceitos da legislação Federal que regula o contrato e as condições em trabalho.*

#### **1º.**

*A pedido do interesse, a Prefeitura permitirá o funcionamento em horários especiais, inclusive aos domingos e feriados nacionais ou locais, nos estabelecimentos que:*

#### **I.**

*manipulem gêneros perecíveis e de consumo diário;*

#### **II.**

*manipulem bens cujo horário de distribuição é matutino, como jornais;*

### **III.**

*prestem serviços essenciais, tais como transportes e comunicações, segurança, pronto socorro médico ou dentário;*

### **IV.**

*tenham processo de produção que exijam trabalho em vários turnos;*

### **V.**

*visem atender o turismo de fins de semana.*

### **Art. 54.**

*As farmácias poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.*

### **Parágrafo único. .**

*Para atendimento em dias de feriados ou horários noturnos serão estabelecidos plantões, devendo as farmácias, quando fechadas, afixar na porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.*

### **Art. 55.**

*É proibida a utilização de prédio na área urbana, como depósito de produtos agrotóxicos.*

### **Parágrafo único. .**

*As empresas que já utilizam prédio para tal fim, terão prazo de 01 (um) ano a contar do presente lei, para regularizarem sua situação, sob pena do cancelamento do alvará.*

## **Seção II. Dos Inflamáveis e Explosivos**

### **Art. 56.**

*É expressamente proibida a venda e/ou transporte de materiais inflamáveis e explosivos, nos limites do Município, sem as licenças devidas.*



#### **Art. 57.**

*O requerimento de licença de funcionamento para depósitos de inflamáveis será acompanhado de:*

#### **I.**

*memorial descritivo e planta, indicando a localização do depósito, sua capacidade, dispositivos protetores contra incêndio, instalação dos respectivos aparelhos sinalizadores;*

#### **II.**

*o proprietário ficará obrigado a enviar ao órgão Municipal competente, no espaço de dois anos, laudo de vistoria, quanto à segurança, assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho.*

#### **Art. 58.**

*A edificação destinada a presença de serviços e de abastecimento de veículos deverá conter indicações de tal natureza que as propriedades vizinhas ou logradouros públicos não sejam molestados pelos ruídos, vapores, jatos e aversão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação e lavagem.*

#### **Art. 59.**

*Os estabelecimentos de que trata este Capítulo serão obrigados a instalar no alinhamento do imóvel, canaletas providas de grelhas para a coleta de águas superficiais.*

### **Seção III.** *Dos Serviços de Limpeza, Lavagem, Pintura Pulverizada*

#### **Art. 60.**

*Os serviços de limpeza, lavagem, pinturas pulverizadas ou outros que produzam partículas em suspensão, serão realizadas em compartimento devidamente fechado e de modo que se evite o arrasto das substâncias em suspensão para o exterior.*

#### **Parágrafo único. .**

*Fica excetuada da exigência deste artigo e lavagem de veículos.*

## **Seção IV.** *Dos Restaurantes, Bares e Similares*

### **Art. 61.**

*Os restaurantes, bares e similares são obrigados a afixar, em local visível ao público, a tabela de preços de seus produtos.*

## **Seção V.** *Dos Locais de Reunião*

### **Art. 62.**

*Para realização de divertimentos e festejados em logradouros públicos ou em recinto fechado de livre acesso ao público, será obrigatória a licença da Administração Pública.*

### **Art. 63.**

*De acordo com as características de suas atividades os locais de reunião classificam-se em:*

#### **I .**

*esportivo;*

#### **II.**

*cívico e cultural;*

#### **III.**

*recreativo ou social;*

#### **IV.**

*religioso;*

#### **V.** *eventual.*

### **Art. 64.**

*A armação de circos, parques de diversões e feiras, cobertas ou ao ar livre só será em locais previamente determinados pelo Executivo Municipal e devidamente acompanhados de laudo técnico, quando à segurança, desde que não cause transtorno a hospitais, asilos, escolas e congêneres, mediante pagamento de tributos e autorização da Prefeitura.*

**1º.**

*A autorização de funcionamento dos circos, parques de diversões e feiras dependerá de vistorias prévias da apresentação de laudo técnico quanto à resistência e segurança de seus equipamentos, não podendo ser concedida por prazo superior a 15 (quinze) dias.*

**2º.**

*As condições de segurança de equipamentos de circos, parques de diversões e congêneres é de responsabilidade de seus proprietários ou gerentes, podendo a Prefeitura exigir laudos de peritos antes de conceder a autorização de funcionamento e instalação.*

**Art. 65.**

*É proibido afixar nos locais de acesso ao público o horário de funcionamento, preço dos ingressos, lotação máxima e limite de idade permitidos.*

**Art. 66.**

*Nas atividades de Diversões Eletrônicas será obrigatória a afixação, em local visível, das restrições firmadas pelo Juizado de Menores quanto ao horário e frequência do menor, nos estabelecimentos com diversões eletrônicas.*

**Seção VI. Do Comércio Ambulante**

**Art. 67.**

*Para fins desta Lei considera-se ambulante a pessoa física regularmente matriculada na Prefeitura Municipal que exerça atividade comercial sem estabelecimento fixo.*

**Art. 68.**

*O exercício de comércio ambulante depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo respectivo, podendo ser isentados de tributos ou de matrícula os casos de comprovado interesse público.*

#### **Art. 69.**

*Compete exclusivamente à Prefeitura licenciar os ambulantes e autorizar a instalação dos mesmos em logradouros públicos.*

#### **Art. 70.**

*É proibido ao ambulante possuir estabelecimento comercial ou de prestação de serviço.*

#### **Art. 71.**

*Cabe a Prefeitura organizar e regulamentar as feiras livres, que são uma espécie de comércio varejista ambulante, realizado em conjunto de bancas que podem ocupar logradouros públicos, em horários e locais previamente determinados.*

### **Capítulo III.** *Dos Terrenos, de sua Vedação e dos Passeios*

#### **Art. 72.**

*O proprietário, titular do domínio útil e o possuidor a qualquer título de terreno localizado na zona urbana são obrigados a mantê-los limpos, livres de águas estagnadas e de materiais nocivos à saúde pública, tais como: lixo domiciliar, industrial e outros.*

#### **Parágrafo único. .**

*O escoamento de águas pluviais e de infiltração poderá ser feito através de um ou mais de um dos seguintes meios:*

##### **I.**

*absorção no subsolo do terreno;*

##### **II.**

*canalização para a sarjeta ou galeria da rede pública de drenagem;*

##### **III.**

*aterramento em nível suficiente para o adequado escoamento das águas.*

### **Art. 73.**

*Todo terreno situado na zona urbana, que tenha frente para a beneficiada por pavimentação asfáltica, deverá, obrigatoriamente, ser dotada de passeio pavimentado, fechado por muro com altura de 1,55 m (um metro e cinquenta centímetros) de modo a impedir que se lance detritos no interior do mesmo.*

### **Art. 74.**

*O solo, em cada terreno não pode ter parte em desnível em relação à rua e as glebas vizinhas, em características capazes de ocasionar carregamento de lama, pedras ou detritos, desabamento de encostas ou outros riscos para edificações ou benfeitorias situadas em propriedades lindeiras.*

#### **1º.**

*Para evitar riscos de infiltração, carreamento de material eródio, desabamento ou congêneres, a Prefeitura poderá exigir dos proprietários de terrenos em desnível:*

#### **I.**

*a construção de muros de arrimo;*

#### **II.**

*a construção de dispositivos de drenagem para desvio da água pluvial ou de infiltração, de forma a não prejudicar a propriedade vizinha.*

### **Art. 75.**

*São responsáveis pela construção, conservação dos passeios, muros e cercas:*

#### **I.**

*o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de terreno;*

## ***II.***

*o concessionário ou permissionário que, ao prestar serviço público, cause dano ou muro, cerca ou passeio.*

### ***1º.***

*O Município poderá executar obras ou serviços mencionados acima se esse, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da notificação, não os tiver realizado, cobrando-se, além das multas aplicáveis, o custo correspondente.*

### ***2º.***

*A critério da Prefeitura Municipal, mediante requerimento fundamentado do responsável, o reembolso dos custos mencionados poderão ser parcelados.*

## ***Capítulo IV. Das Infrações e Penalidades***

### ***Art. 76.***

*A infração a qualquer dispositivo desta Lei e das regulamentações aqui autorizadas ensejará, sem prejuízo das medidas cíveis e criminais cabíveis, a aplicação das seguintes penalidades, conforme regulamentação a ser expedida por Decreto:*

#### ***I.***

*cassação da licença de funcionamento;*

#### ***II.***

*apreensão da mercadoria ou equipamento;*

#### ***III.***

*realização dos serviços ou obras que o infrator deixou de executar, apesar de devidamente notificado, com os custos por conta do infrator;*

#### ***IV.***

*embargo da obra ou paralisação do serviço;*

**V.**

*demolição da obra;*

**VI.**

*multas variáveis a serem fixadas no Decreto por dia de prosseguimento na irregularidade.*

**Capítulo V. Das Disposições Finais**

**Art. 77.**

*A regulamentação desta Lei, e notadamente a aplicação de penalidades cabíveis, segundo o tipo de infração deverá ser feita no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da presente Lei.*

**Art. 78.**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS 11 (ONZE) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1993.*

*ELO RAMIRO LOEFF*PREFEITO MUNICIPAL

---

*Lei Ordinária Nº 157/1993 - 11 de novembro de 1993*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*